

RELATO DA REUNIÃO 310ª Reunião Extraordinária do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE) – 27/06/2022

(Sala da SOC – 3º andar do P1)

Representantes dos técnicos-administrativos: Tatianne Godoi e Marcelo Pessoa

Ponto de pauta único: Processo nº 23083.023668/2022-71, do Gabinete da Reitoria. Portaria nº 1054, de 24 de dezembro de 2021, do Ministério da Educação – MEC que dispõe sobre a redistribuição de cargos e respectivos códigos de vaga de docente da carreira do Magistério Superior, para recomposição do banco de professor-equivalente.

- A reunião foi presencial e não foi gravada;

- Logo no início, o representante dos técnicos, Marcelo Pessoa, questionou se haveria o item “Informes” ou o item “Assuntos gerais”; ao ser informado de que a intenção era discutir apenas o ponto de pauta único, pleiteou alguns minutos para repassar informes ao final da reunião, sendo-lhe concedida esta oportunidade ao final da reunião.

- O processo em questão diz respeito à distribuição de 22 (vinte e duas) novas vagas para o magistério superior através de uma chamada pública, oportunizando que todos os departamentos possam pleitear vagas através de um edital definição da forma de organização da chamada pública para que as subunidades (departamentos) possam pleitear alguma das 22 (vinte e duas) novas vagas de docentes a serem repassadas para a Rural, nesta chamada pública estão apresentados os critérios para escolha dos departamentos contemplados com tais vagas. A minuta em questão estipula que haverá uma comissão avaliadora, a “Comissão Especial de Vagas Docentes”, que ficará encarregada de emitir um parecer das solicitações de vagas dos departamentos, parecer este que, após votação no CEPE, definirá quem ficará com as vagas. Tal comissão será constituída por: 1 representante da Área de Ciências Agrárias; 1 representante da Área de Ciências Biológicas; 1 representante da Área de Ciências Exatas; 1 representante da Área de Ciências Humanas; 1 representante da Área de Ciências Sociais; e 1 representante de cada uma das seguintes pró-reitorias: PROGRAD, PROGEP e PROPLADI, sendo que foi sugerido, e aprovado por unanimidade, que conste da minuta que tanto PROGEP quanto PROPLADI participarão da referida comissão como assessoria técnica, por não terem assento no CEPE;

- Seguiu-se um longo debate, organizado da seguinte forma: foi repassada a minuta, linha a linha, sendo solicitado aos conselheiros que indicassem as marcações de destaques no texto – trechos para os quais tivessem sugestões de alterações, e assim foi feito; em seguida, cada destaque passou a ser debatido, sendo permitido o contraponto de quem discordasse da alteração no texto proposta;

- Ao se atingir o item 3.3.4, a representante do ICHS solicitou vistas do processo relacionado ao item em questão, e o reitor, após verificar sua agenda, propôs, e foi aprovado por unanimidade, que se dê continuidade a este debate no dia 07/07/2022, às 13h (alterada posteriormente para as 9h), respondendo, quando perguntado a respeito, que o prazo para que a Rural defina como ocorrerá a

distribuição das vagas de docentes à ela repassadas é até o final do ano, mas que convém não demorar a chegar à tal definição, por haver o risco de perda de tais vagas;

- Informes do conselheiro Marcelo Pessoa: sobre os protestos em defesa da educação pública ocorridos neste mês de junho (em 09 de junho, o “Tsunami da Educação”, e em 14 de junho, o “Ocupa Brasília”); sobre a realização de Plenária da FASUBRA no início de junho, que contou com a participação de colegas técnicos da Rural, eleitos em assembleia do SINTUR, que foram a Brasília como delegados eleitos para representar nossa categoria, e que apresentaram propostas que foram aprovadas por unanimidade na referida plenária: duas moções de solidariedade, sendo uma referente à situação dos discentes da Rural, que estiveram submetidos ao fornecimento de quentinhas para sua alimentação com comida de péssima qualidade; e a outra referente ao assédio ocorrido com a colega Suellen, que precisou de redistribuição devido à uma questão pessoal, e foi prejudicada por uma avaliação péssima feita por sua chefia na Rural, que não aceitou sua saída da universidade e não se conformou com a falta de alguém para substituí-la no momento em que foi redistribuída. O conselheiro Marcelo Pessoa comentou que atualmente os técnicos possuem uma formação educacional melhor e mais consciência sobre seus direitos, e que assédios não serão mais tolerados; quanto à situação do fornecimento de quentinhas aos alunos, comentou que foi um absurdo o que ocorreu no R.U. semanas atrás, com alimentação estragada sendo servida aos alunos da Rural, que o contrato com a firma fornecedora deveria prever fiscalização da comida fornecida e não aceitação de recebimento, para o caso de a mesma apresentar aspecto e/ou odor ruins, e que ele protestava como representante dos técnicos, em solidariedade aos alunos, mas também como pai de alunos matriculados na Rural, e ressaltou o quanto toda essa situação é vergonhosa para a universidade, pois foi noticiada em variados veículos de comunicação país afora.

Outro informe foi referente ao ofício enviado pela coordenação geral do SINTUR à reitoria, cujo envio foi aprovado pela categoria em assembleia, exigindo a suspensão da implantação do ponto eletrônico de frequência para os técnicos, até que se tenha acesso aos relatórios dos testes pilotos em alguns setores; o reitor respondeu que já foi enviada, à direção do SINTUR, uma resposta a este ofício, informando que os tais relatórios não foram divulgados, ainda, por haver a necessidade de observação da implantação deste controle por um período de tempo maior, por no mínimo 60 dias, e comprometeu-se a realizar esta divulgação assim que o período de testes se encerrar, mas lembrou que a Rural encontra-se pressionada a implantar tal controle de frequência por conta de um processo judicial.

O técnico Marcelo Pessoa observou que um dos principais propósitos de se ter acesso aos relatórios da implantação piloto é identificar possíveis problemas na execução do controle que possam prejudicar os técnicos ou servirem de brechas para possíveis ocorrências de assédios, e chegar à elaboração de uma espécie de cartilha que pudesse orientar todos os técnicos sobre o ponto eletrônico, principalmente aqueles que trabalham no campo e que no seu dia-a-dia quase não têm acesso à tecnologia – celulares ou computadores – inclusive por isto não fazer parte de sua rotina de trabalho.

O reitor garantiu que, no momento em que o sistema de controle de ponto eletrônico estiver para ser implantado de forma definitiva em toda a universidade, todas as orientações necessárias a respeito, para sua utilização, serão divulgadas.

No que se refere à questão do corte de verbas das universidades federais, o reitor disse que em muitas delas a situação financeira é crítica, no sentido de não haver recursos suficientes para manter seu funcionamento até o final do ano, citando como exemplo de instituição cuja reitoria já anunciou suspensão de atividades por falta de verbas a UFRJ, e afirmou que, na Rural, a situação não é muito

diferente, uma vez que os recursos liberados para a nossa universidade até o presente momento não são suficientes para mantê-la funcionando até o final deste ano;

- O reitor aproveitou, então, para comunicar a realização de um seminário sobre este tema, que será realizado no Auditório Gustavo Dutra (Gustavão) em 13/07/2022, e que discutirá a situação orçamentária das instituições federais de ensino superior sob a vigência da Emenda Constitucional 95/2016;

- Ao encerrar a reunião e despedir-se de todos, o reitor lembrou aos presentes da necessidade de comparecimento à reunião extraordinária do CEPE de 07/07/2022, às 13h (alterada posteriormente para as 9h), para dar continuidade à deliberação para aprovação do ponto de pauta único desta reunião.